

PREFEITURA DE FEIRA NOVA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2024)



Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 1

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.505.251,34	7.024.452,93	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E		1.166.676,30	3.221.685,61
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		4.499.808,53	7.019.010,12	PESSOAL A PAGAR		243.630,50	241.383,84
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	4.499.808,53	7.019.010,12	PESSOAL A PAGAR	F	59.347,48	31.070,80
CONTA ÚNICA	F	402.432,42	61.508,04	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		59.347,48	31.070,80
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		4.097.376,11	6.957.502,08	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	184.283,02	210.313,04
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	91.229,18	58.244,03
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		5.442,81	5.442,81	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	93.053,84	147.757,29
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	4.311,72
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		5.442,81	5.442,81	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		532.756,75	2.665.567,62
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	532.756,75	2.665.567,62
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	0,00	2.860,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		532.756,75	2.662.707,62
ATIVO NÃO CIRCULANTE				TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO			
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		29.347.616,63	24.114.393,16	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	1.771.783,36	1.748.225,41	VALORES RESTITUÍVEIS		390.289,05	314.734,15
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	1.771.783,36	1.748.225,41	CONSIGNAÇÕES	F	384.664,55	314.734,15
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	-7.335.752,90	-5.396.148,70	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	384.278,08	314.347,68
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	64.127,54	64.127,54	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		386,47	386,47
INVESTIMENTOS		7.424.851,12	5.461.688,97	CONSÓRCIOS A PAGAR	P	5.624,50	0,00
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES		1.618.557,60	1.618.557,60	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		5.624,50	0,00
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	P	52.058,52	52.058,52	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E		29.420.831,49	164.785.730,96
IMOBILIZADO		52.058,52	52.058,52	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		25.086.824,93	22.901.235,76
BENS MÓVEIS		52.058,52	52.058,52	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	25.086.824,93	22.901.235,76
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	27.523.774,75	22.314.109,23	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		4.334.006,56	1.960.499,53
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	8.754.739,23	6.380.469,43	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		4.334.006,56	1.960.499,53
VEÍCULOS	P	4.875.760,09	4.875.760,09	OUTROS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	P	4.334.006,56	1.960.499,53
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	3.643.142,86	802.141,06	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS		229.698,62	696.430,62	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	6.137,66	6.137,66	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	21.415.763,53	17.651.321,75	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	139.923.995,67
BENS DE USO ESPECIAL	P	21.415.763,53	17.651.321,75				
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		661.564,04	535.666,11				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	20.744.199,49	17.115.655,64				
		10.000,00	0,00				
		-2.646.728,01	-1.717.681,95				
		-1.464.838,22	-856.088,10				

Documento Assinado Digitalmente por: DANILSON CANDIDO GONZAGA, PAULO EDUARDO PEREIRA DE SANTANA
Assesores: https://epecitepe.gov.br/ep/validaDocumento.do?codigo_documento=9c49b589-4898-4a52-8f67-428669c3720a

PREFEITURA DE FEIRA NOVA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-1.181.889,79	-861.593,85	OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	139.923.995,67
INTANGÍVEL		0,00	0,00	VALOR ATUAL DA OBRIGAÇÃO COM AMORTIZAÇÃO DE	P	0,00	139.923.995,67
DIFERIDO		0,00	0,00	DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - IN		0,00	0,00
TOTAL		33.852.867,97	31.138.846,09	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
				RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
				TOTAL PASSIVO		30.587.507,79	168.007.416,57
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.265.360,18	-136.868.570,48
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
				ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		3.265.360,18	-136.868.570,48
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		3.265.360,18	-136.868.570,48
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-136.868.570,48	-4.644.760,17
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		138.080.469,34	-132.989.595,48
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.053.461,32	765.785,17
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.265.360,18	-136.868.570,48
				TOTAL		33.852.867,97	31.138.846,09

Documento Assinado Digitalmente por: DANILSON CANDIDO GONZAGA, PAULO EDUARDO PEREIRA DE SANTANA
Acesse em: <https://eetce.ice.pe.gov.br/ppr/validaDocumento.aspx?CodigoDoDocumento=9c4b589-4898-4a52-86d7-428669c3120a>

PREFEITURA DE FEIRA NOVA
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 3
Documento Assinado Digitalmente por: DANILSON CANDIDO GONZAGA, PAULO EDUARDO PEREIRA DE SANTANA
Acesse em: <https://etce.ite.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9c49b589-4898-4a52-8fd7-428669c3f20a

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		4.499.808,53	7.019.010,12	PASSIVO FINANCEIRO (1.161.051,80)+RP não Proc.(494.066,85)		1.655.118,65	3.826.575,04
ATIVO PERMANENTE		29.353.059,44	24.119.835,97	PASSIVO PERMANENTE		29.426.455,99	164.785.730,96
				SALDO PATRIMONIAL		2.771.293,33	-137.473.459,91

PREFEITURA DE FEIRA NOVA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		50.119.595,17	50.119.595,17
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		50.119.595,17	50.119.595,17
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		50.119.595,17	50.119.595,17



Documento Assinado Digitalmente por: DANILSON CANDIDO GONZAGA, PAULO EDUARDO PEREIRA DE SANTANA
Acesse em: <https://eicv.ice-pc.gov.br/gpp/validarDocumento.aspx?Codigo=9c49b589-4898-4a52-8fd7-428669c3f20a>

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO DE 2024



Documento Assinado Digitalmente por: DANILSON CANDIDO GONZAGA, PAULO EDUARDO PEREIRA DE SANTANA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 9c49b589-4898-4a52-8fd7-428669c3f20a

APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial Individual (BPI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1568/2023, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo da Sociedade Comercial de Assistência Municipal Ltda (SOCAM).

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE- PE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.



RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

- a) O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.
- b) A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- c) Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- d) O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).
- e) A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- f) Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: 1) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; 2) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (1); 3) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (3).
- g) As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP.
- h) Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- i) Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- j) O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:



Código/Descrição da Fonte/Destinação de Recursos	
Código	Fonte de Recursos
1	MSC - 1.001.0000 Recursos Próprios - 0.1.00
2	MSC - 1.111.0000 Imposto e Transferência MDE - 0.1.01
3	MSC - 1.211.0000 Imposto e Transferência Saúde - 0.1.02
4	MSC - 1.112.0000 FUNDEB 60% - 0.1.18
5	MSC - 1.113.0000 FUNDEB 40% - 0.1.19
6	MSC - 1.520.0000 Fundo de Desenvolvimento Municipal - FEM - 0.1.34
9	MSC - 1.120.0000 Salário Educação - 0.1.36
11	MSC - 1.122.0000 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - 0.1.3;
12	MSC - 1.123.0000 Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE - 0.1.3;
13	MSC - 1.124.0000 Outras transferências do FNDE - 0.1.37
14	MSC - 1.125.0000 Convênios da Educação - 0.1.32
17	MSC - 1.510.0000 Outros Convênios - 0.1.34
20	MSC - 1.920.0000 Outras Operações de Créditos - 0.1.82
21	MSC - 1.114.0000 Complemento da União - FUNDEB 60% - 0.1.10
45	MSC - 1.530.0000 Cessão Onerosa do Bônus do Pré-Sal - 0.1.50
47	MSC - 1.290.0000 LC 173 - SAÚDE - 0.1.52
49	EMENDAS PARLAMENTARES UNIÃO - ESPECIAL - 0.1.76
61	MSC - 1.112.0000 FUNDEB 70% - 0.1.18
62	MSC - 1.113.0000 FUNDEB 30% - 0.1.19
63	MSC - 1.114.0000 Complemento da União - FUNDEB 70% - VAAF - 0.1.18
64	MSC - 1.115.0000 Complemento da União - FUNDEB 30% - VAAF - 0.1.19

k) Em atendimento a Resolução TCE-PE nº 189/2023, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

l) As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

m) Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

n) A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

o) As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

p) As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

q) O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.



ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa: compreende as contas correntes e aplicações financeiras do Fundo, a disponibilidade dos recursos financeiros evidencia, no exercício de 2024, o valor de R\$ 4.499.808,53, conforme está ilustrado na tabela a seguir.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.499.808,53	7.019.010,12
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		4.499.808,53	7.019.010,12
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	402.432,42	61.508,04
CONTA ÚNICA	F	4.097.376,11	6.957.502,08

Créditos a receber: são créditos a curto prazo os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis no curso do exercício social subsequente.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: esse grupo inclui os valores a receber decorrentes das demais transações realizáveis no curto prazo. A situação no fechamento do exercício de 2024 está representada no demonstrativo referido.

CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		5.442,81	5.442,81
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		5.442,81	5.442,81
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P	5.442,81	5.442,81

Investimento de Aplicação Temporária a Curto Prazo: os investimentos decorrentes de aplicações temporárias de curto prazo compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem o Ativo Realizável a Longo Prazo, que não se destinem à manutenção da entidade.

Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades.

ESTOQUES		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS		0,00	0,00

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Ativo Realizável a Longo Prazo: os ativos realizáveis a longo prazo representam os valores a receber por fornecimentos de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis, deduzindo-se os ajustes de perdas de créditos a longo prazo.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.771.783,36	1.748.225,41
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		1.771.783,36	1.748.225,41
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	-7.335.752,90	-5.396.148,70
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	64.127,54	64.127,54
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	7.424.851,12	5.461.688,97
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	1.618.557,60	1.618.557,60



Imobilizado: são os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o grupo de bens imóveis compreende os valores dos bens duráveis, que não podem ser retirados sem destruição ou dano, os quais classificam-se em bens de uso especial, bens dominicais, bens do uso do povo, inclusive imóveis em construção. É relevante informar que a Diretoria de Patrimônio inventariou os bens, todavia, não foi concluída a avaliação do valor real dos bens em uso e dos sucateados, assim como da depreciação. No decorrer do exercício de 2024 efetuamos as incorporações sintéticas ao patrimônio municipal nas contas Bens Móveis e Imóveis, enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento no controle do patrimônio. Historicamente na conta Outros Bens Imóveis permanece registrado o valor global dos imóveis desmembrados.

IMOBILIZADO		27.523.774,75	22.314.109,23
BENS MÓVEIS		8.754.739,23	6.380.469,43
VEÍCULOS	P	229.698,62	696.430,62
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	3.643.142,86	802.141,06
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	6.137,66	6.137,66
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	4.875.760,09	4.875.760,09
BENS IMÓVEIS		21.415.763,53	17.651.321,75
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	661.564,04	535.666,11
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	20.744.199,49	17.115.655,64
BENS DE USO ESPECIAL	P	10.000,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-2.646.728,01	-1.717.681,95
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-1.464.838,22	-856.088,10

PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar: são as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito; aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo de contas.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E		243.630,50	241.383,84
PESSOAL A PAGAR		59.347,48	31.070,80
PESSOAL A PAGAR	F	59.347,48	31.070,80
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		184.283,02	210.313,04
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	91.229,18	58.244,03
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	93.053,84	147.757,29
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	4.311,72

Empréstimos e Financiamentos: compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo.

Fornecedores a Pagar: compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento em curto prazo.



FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	532.756,75	2.665.567,62
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	532.756,75	2.665.567,62
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F 0,00	2.860,00
FORNECEDORES NACIONAIS	F 532.756,75	2.662.707,62

Demais Obrigações a Curto Prazo: compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	390.289,05	314.734,15
VALORES RESTITUIVEIS	384.664,55	314.734,15
CONSIGNAÇÕES	F 384.278,08	314.347,68
DEPOSITOS NÃO JUDICIAIS	F 386,47	386,47
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.624,50	0,00
CONSORCIOS A PAGAR	P 5.624,50	0,00

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo: são as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito; aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento em Longo Prazo.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E	25.086.824,93	22.901.235,76
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	25.086.824,93	22.901.235,76
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P 25.086.824,93	22.901.235,76
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	4.334.006,56	1.960.499,53
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	4.334.006,56	1.960.499,53
OUTROS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	P 4.334.006,56	1.960.499,53
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00

Fornecedores a Longo Prazo: são as obrigações junto aos fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo: são os passivos de prazos ou valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo: são as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	139.923.995,67
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	139.923.995,67
VALOR ATUAL DA OBRIGAÇÃO COM AMORTIZAÇÃO DE	P 0,00	139.923.995,67
DEFICIT ATUARIAL - FUNDÔ EM CAPITALIZAÇÃO - IN		
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00



Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.265.360,18	-136.868.570,48
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00
ADIANTEAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	3.265.360,18	-136.868.570,48
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	3.265.360,18	-136.868.570,48
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-136.868.570,48	-4.644.760,17
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	138.080.469,34	-132.989.595,48
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.053.461,32	765.785,17
(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	0,00	0,00

Feira Nova, 31 de dezembro de 2024.

Paulo Eduardo Pereira de Santana
Contador

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A administração declara que as Demonstrações Contábeis da Prefeitura do Município de Feira Nova, compreendendo o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Autarquia e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

Feira Nova, 31 de dezembro de 2024.

Danilson Candido Gonzaga
Prefeito

Paulo Eduardo Pereira de Santana
Contador